

Empresários cogitam 'importar' trabalhadores para Mato Grosso



A Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso (Fiemt) incluiu a necessidade de estimular a atração de trabalhadores para o estado no documento que cita as prioridades da indústria até 2026. A sugestão foi dada em razão da falta de mão de obra qualificada no Estado, somada à falta de interesse das pessoas que não estão no mercado de trabalho. No documento, a Fiemt destaca que Mato Grosso é o segundo estado com menor nível de desemprego, ou seja, quase pleno emprego. Entretanto, ainda existem muitas vagas abertas no setor industrial e poucos interessados em ocupá-las

PÁG. 6

Cem cidades não registram caso de covid há 2 semanas

A incidência de casos de covid-19 em Mato Grosso atingiu o ponto mais baixo dos últimos meses, chegando a 8,18 casos para cada grupo de 100 mil habitantes. Esse resultado representa uma boa notícia: dos 141 municípios do Estado, 100 não registraram nenhum caso novo em 14 dias. Isso representa 70,92% do total de cidades no estado, enquanto que 24,11% apresentaram menos de 25 casos por 100 mil habitantes e 4,96% registraram de 25 a 150 casos

PÁG. 6

Febraban derruba mais uma CPI contra Sonegação Fiscal

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Sonegação Fiscal, instaurada pela Câmara de Cuiabá, teve os trabalhos suspensos novamente por ordem da Justiça, que atendeu a um pedido da Federação Brasileira dos Bancos (Febraban). Nesta semana, o presidente do Legislativo, Juca do Guaraná (MDB), publicou um ato que atende a decisão judicial. Essa não é a primeira vez que a federação consegue a paralisação da CPI na Câmara

PÁG. 3



Gilberto Leite

Relator pede a cassação de Paccola

O vereador Kássio Coelho (Patriota) revelou nesta terça-feira, 20 de setembro, que irá pedir a cassação do vereador Tenente-Coronel Paccola (Republicanos) por quebra de decoro parlamentar. Kássio é o relator do processo que tramita na Comissão de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara de Cuiabá. Em conversa com jornalistas, Kássio reforçou que, apesar de seu parecer ser contrário ao republicano, caberá ao plenário da Câmara a palavra final sobre a cassação do vereador

PÁG. 4



Gilberto Leite

Márcia aposta em 2º turno para virar

A candidata Márcia Pinheiro (PV) pretende intensificar a agenda nos últimos dias de campanha para tentar atingir o percentual necessário para levar a disputa eleitoral ao segundo turno. Em segundo lugar nas últimas pesquisas de intenções de votos, Márcia comentou que, por ter lançado sua candidatura de forma tardia, seu principal desafio é tornar seu nome conhecido no interior. Márcia acredita que conseguirá expandir seu nome na reta final da campanha, quando grande parte do eleitorado costuma definir o voto

PÁG. 5

PGR defende decisão que parou o BRT

A Procuradoria-Geral da República (PGR) apresentou ao Supremo Tribunal Federal (STF) manifestação defendendo a cassação da liminar concedida pelo ministro Dias Toffoli, que suspendeu uma determinação do Tribunal de Contas da União (TCU) para paralisação do processo de implantação do BRT. O parecer aponta que o TCE-MT não possui competência para decidir sobre a implantação do BRT ou VLT

PÁG. 3

OAB adia votação de nova regra

O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) adiou a decisão sobre uma proposição que busca mudar as regras para indicação dos candidatos às vagas da advocacia no Quinto Constitucional. A proposta estava pautada para votação nesta segunda (19), mas foi retirada de pauta pelo presidente do Conselho Federal, Beto Simonetti. A proposta libera a participação de conselheiros estaduais e federais na composição das listas sêxtuplas

PÁG. 4



Reprodução

Investimento 'gringo' em MT deve disparar após eleições

O mundo está de olho em Mato Grosso, com investidores buscando cada vez mais aplicarem seus recursos na agroindústria mato-grossense, na geração de energia e de alimentos. A avaliação é do presidente da Federação das Indústrias de Mato Grosso (Fiemt),

Gustavo Oliveira, que acredita em maior volume de investimentos após a eleição presidencial. "O que a gente tem tido de sondagem de empresas de outros países, que estão vindo para Mato Grosso, [...] é muita coisa"

PÁG. 7

Só mais três meses para instalar energia solar com isenção de taxas

Consumidores que pretendem fazer instalação de sistemas fotovoltaicos precisam 'correr contra o tempo' para serem beneficiados com a isenção de algumas taxas, que começarão a ser cobradas a partir de 2023. Isso porque o marco legal do setor estabelece duas taxas que serão

pagas a partir do próximo ano: a Taxa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) e a Tarifa de Energia (TE). Na prática, os consumidores que fizerem a instalação a partir do próximo ano pagarão um percentual sobre o valor da energia que 'depositam' na rede da concessionária

PÁG. 7

EDITORIAL

Futuro abalado

Além de tirar a vida de mais de 635 mil brasileiros, a pandemia de covid-19 ameaça o futuro de mais de 653 mil crianças pequenas, que deixaram a escola durante este período. Os dados do Censo Escolar mostram que o número de matrículas de crianças até 5 anos caiu 7,3% em 2021, na comparação com 2019. O número de matriculados no ensino fundamental também caiu, embora de forma menos expressiva.

Antes da pandemia, apenas uma em cada três

(35,6%) crianças até cinco anos frequentava creches e pré-escolas, um índice que já era baixo demais e se tornou ainda pior. O impacto disso já é sentido pelos pequenos. Outro levantamento, realizado pelo instituto Todos pela Educação, aponta que o número de crianças de 6 e 7 anos que não sabem ler nem escrever cresceu 66,3% entre 2019 e 2021. Isso significa que o número de crianças que não alfabetizadas saltou de 1,43 milhão para 2,39 milhões. É um verdadeiro desastre em curso.

Como já era de se esperar, o impacto foi maior entre as crianças mais pobres. O percentual de crianças pobres que não sabem ler nem escrever saltou de 33,6% em 2019 para 51% em 2021. O problema ainda maior é que são justamente essas crianças mais pobres que mais necessitam da educação para mudar sua realidade social. Também chama atenção no levantamento do Todos pela Educação a enorme disparidade entre as crianças pretas e pardas na comparação com as brancas. A taxa de crianças pretas e pardas não alfabetizadas saiu de 28,8% e 28,2%, respectivamente, em 2019 para 47,4%

e 44,5% em 2021. Já entre as crianças brancas, esse crescimento foi de 20,3% para 35,1%.

Esses dados mostram que as sequelas da covid-19 na educação tendem a ampliar o enorme fosso da desigualdade social no Brasil, ao tirar das crianças mais necessitadas as ferramentas que são necessárias para ascenderem socialmente. A educação básica é uma fase fundamental do desenvolvimento do ser humano, além de serem as chaves para combater a pobreza e a desigualdade em qualquer sociedade. Esse atraso submete as crianças brasileiras a um futuro triste e incerto. É necessário deba-

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888



ter urgentemente formas e políticas públicas para recuperar a aprendizagem perdida.

O pior é ver que esse debate ainda não foi abraçado por qualquer dos postulantes à presidência da República. Triste é o futuro de um país que não coloca a educação como a prioridade nacional.

Avanços no trânsito

Frederico Carneiro (*)

Celebrada tradicionalmente no período de 18 a 25 de setembro de cada ano, a Semana Nacional de Trânsito reúne ações em todas as regiões do País com o objetivo de conscientizar todos os envolvidos no dia-a-dia do trânsito, sejam eles pedestres, ciclistas, passageiros, motociclistas ou motoristas.

Instituída pelo Código de Trânsito Brasileiro, a iniciativa retoma as atividades presenciais após o Brasil superar o período da pandemia de covid-19 e voltar à normalidade. As ações são amplificadas pelos mais diversos órgãos e entidades da União, estados e municípios, buscando a conscientização da população quanto aos direitos e responsabilidades para um trânsito mais seguro, cientes de que todos juntos podemos salvar milhares de vidas.

Nesse processo, é importante destacar as ações da Secretaria Nacional de Trânsito do Ministério da Infraestrutura voltadas à segurança do trânsito de nosso País. A primeira delas é a valorização do tema trânsito na agenda política nacional com a transformação do antigo Departamento Nacional de

Trânsito (Denatran) à Secretaria Nacional de Trânsito (Senatran) do Ministério da Infraestrutura, fato que completa exatamente um ano nessa Semana Nacional de Trânsito 2022.

Nesse período, a Senatran intensificou o diálogo com todos os demais órgãos de trânsito do País, promovendo a articulação com a sociedade por meio de uma gestão participativa. Visitas a todas as unidades da Federação permitiram conhecer as realidades locais, possibilitando a promoção de ações para facilitar a vida do cidadão e trazer mais segurança em seus deslocamentos cotidianos.

Uma grande transformação digital tem sido promovida nos serviços de trânsito. Reduziu-se a espera e a burocracia junto aos órgãos de trânsito, trazendo economia financeira e agilidade na prestação dos serviços. A Carteira Digital de Trânsito (CDT) é um dos principais avanços dessa diretoria do Governo Federal.

No aplicativo, o cidadão acessa a carteira de motorista e o documento do veículo e ainda pode recorrer de multas, vender seu veículo ou usar diversos outros serviços de

forma prática e eficiente. A mais recente novidade é o Registro Nacional Positivo de Condutores (RNPC), que possibilita a premiação da boa conduta de motoristas que não cometeram infração de trânsito nos últimos 12 meses. São diversas as possibilidades: descontos e isenção de taxas, condições especiais para locação de veículos, contratação de seguros, tarifas menores de pedágio e estacionamento.

Ao mesmo tempo que trabalha pela educação e pela modernização de serviços no Brasil, a Senatran participa ativamente dos fóruns globais sobre segurança viária. Destaca-se a recente aceitação do Brasil como membro pleno do Fórum Global sobre Segurança Viária da Organização das Nações Unidas. Na ONU, inclusive, o País pode apresentar ao mundo a sua estratégia nacional para a promoção da segurança do trânsito, por meio do Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões de Trânsito (Pnatrans).

O plano tem o objetivo de salvar 86 mil vidas até o fim de 2028 e está alinhado às metas das Nações Unidas para a Segunda Década de Ações para a Segurança no

Trânsito, bem como aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Suas ações, metas e indicadores, baseiam-se nos princípios de Visão Zero e sistemas seguros, segundo os quais o ser humano comete erros, porém não é de forma alguma aceitável que isso resulte em morte ou lesão de qualquer pessoa. A busca pela integração de ações e de sinergia entre todos os atores do nosso trânsito, sejam eles governamentais ou não, tem objetivos bem claros: juntos salvar cada vez mais vidas no trânsito e almejar atingir o único número de mortes de trânsito aceitável, o zero!

* FREDERICO CARNEIRO é secretário Nacional de Trânsito. Possui graduação em Engenharia Civil pela Universidade de Brasília – UnB (1996); pós-graduação em Gestão de Segurança Pública e Defesa Social, com ênfase em acidente de trânsito pela União Pioneira de Integração Social – Upis (2005); e mestrado em Transportes, com especialização em Segurança de Trânsito pela Universidade de Brasília – UnB (2018).



A nossa natureza

Francisney Liberato (*)

Porque as pessoas que vivem de acordo com a natureza humana têm a sua mente controlada por essa mesma natureza. Mas as que vivem de acordo com o Espírito de Deus têm a sua mente controlada pelo Espírito. Romanos 8:5

Temos dois caminhos a seguir: o caminho largo e o caminho estreito. Cada qual leva a um destino. A decisão sobre qual caminho percorrer é única e exclusivamente sua.

O caminho largo é o caminho mais fácil, é o caminho dos prazeres que nos levam à perdição eterna. Apenas o fato de você não fazer nada já é suficiente para estar nesse caminho.

No caminho largo, encontramos pessoas que têm a natureza da carne, isto é, nós nascemos com a tendência para fazer o que é mal, errado e de cometer pecado.

É a natureza da carne, é a natureza humana. Consequentemente, as ações e/ou omissões dos indivíduos que têm essa natureza estão totalmente contaminados, visto que a mente e a emoção também compartilham dessa natureza.

O caminho mais estreito é, sem dúvida alguma, o caminho mais difícil, mais tenebroso e que gera muitas dificuldades para os que andam sobre ele. Mas é o caminho que nos leva à nova Canaã Celestial, isto é, ao céu.

Nesse caminho as pessoas não agem por suas próprias vontades e convicções, mas, sim, de acordo com a vontade de Deus, ou seja, a vontade do Espírito Santo. A sua mente é controlada por Deus, há um propósito espiritual.

Percorrer esse caminho não é fácil, mas, mesmo com a nossa tendência em fazer o que é mal, poderemos tentar e persistir em trilhar o caminho do Espírito, o caminho de Deus.

Outra vez nos encontramos nessa encruzilhada, sendo um o caminho fácil, que levará à morte eterna; ou outro, o caminho difícil, que nos transportará para a salvação eterna. A decisão é de cada ser humano, pois Deus nos ofereceu o livre-arbítrio.

A decisão por trilhar o caminho estreito é como se estivéssemos, todos os dias, 24 horas, nadando contra a correnteza forte de um rio. Não é nada fácil, porém, se entregarmos a nossa vida de maneira fácil ao inimigo de Deus, também não será a melhor decisão. Lute sempre!

Uma das formas de buscarmos constantemente andar pelo caminho estreito é dando #UmPassoDeCadaVez. São nos pequenos atos e atitudes que já poderemos reprogramar a nossa natureza para fazer o que é bom e saudável para o Senhor. Tentemos mais uma vez trilhar o caminho da salvação.

FRANCISNEY LIBERATO é Auditor do Tribunal de Contas. Escritor, Palestrante, Professor, Coach e Mentor. Mestre em Educação pela University of Florida. Doutor em Filosofia Universal Ph.I. Honoris Causa. Bacharel em Administração, Bacharel em Ciências Contábeis (CRC-MT) e Bacharel em Direito (OAB-MT). Vice-presidente da Associação Brasileira dos Profissionais da Contabilidade – ABRAPCON. Membro da Academia Mundial de Letras. Autor dos Livros: “Mude sua vida em 50 dias”, “Como falar em público com eficiência”, “A arte de ser feliz”, “Singularidade”, “Autocontrole”, “Fenomenal”, “Reinvente sua vida” e “Como passar em concursos – Vol. 1 e 2”, “Como falar em público com excelência”, “Legado”, “Liderança”, “Ansiedade” e “Mude sua vida em 50 dias Premium”. www.francisney.com.br



Uma gigante da energia

Anatalicio Risdén Junior (*)

Referência na promoção da energia renovável e uma das maiores hidrelétricas do mundo, a Itaipu Binacional surgiu a partir de duas ideias audaciosas: aproveitar o enorme potencial energético do Rio Paraná, o oitavo maior do planeta, e ao mesmo tempo pôr fim a uma disputa secular de terras na fronteira entre Brasil e Paraguai. Comprometidos com o progresso, ambos os países viram na engenharia a saída diplomática para um problema territorial. Cooperação que segue viva no cotidiano da empresa, passadas mais de quatro décadas.

Regida por um tratado internacional que completará 50 anos em 2023, a Itaipu é uma coleção de grandezas, seja pelos seus números ou suas ações. Com 14 mil MW de

potência instalada, é a maior geradora de energia acumulada do mundo, tendo produzido mais de 2,8 bilhões de megawatts-hora (MWh) desde 1984. Isso a partir dessa matriz limpa e renovável, que é a hidroeletricidade.

A grandeza da Itaipu é comprovada por outros dados igualmente superlativos. Para zelar pelo nosso insumo, a água, desde o início da construção da usina recuperamos e protegemos quase 1.397 km de matas ciliares no lado brasileiro de nosso reservatório. Cuidamos de rios, nascentes e de mais de 100 mil hectares de áreas preservadas no Brasil e Paraguai, medida que contribui para a preservação da Mata Atlântica. Com isso, chegamos à marca de 24 milhões de árvores plantadas e fomos reconhecidos pela Unesco como uma das Reservas da Biosfera da Mata Atlântica, maior status de proteção ambiental

global. Não à toa, também fomos premiados pela Organização das Nações Unidas (ONU) e somos reconhecidos mundo afora como um modelo de preservação do meio ambiente atendendo aos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030.

O avanço está no nosso DNA. Somos uma empresa que investe em melhorias contínuas, em todas as esferas. Neste momento, passamos por um processo de atualização tecnológica para substituição de equipamentos auxiliares das nossas 20 unidades geradoras. Os investimentos, ao longo de até 14 anos, giram em torno de US\$ 900 milhões. Esta é a ação mais ambiciosa da empresa desde a sua construção.

Mas Itaipu não se resume à geração de energia limpa e renovável. Temos nos dedicado ao suporte de estudos de novas fontes de energia, como biogás, biometano, hidrogênio e solar, enquanto nossa produção confere segurança e resiliência ao Sistema Interligado Nacional (SIN). Também contribuimos para a segurança energética e sustentável de produtores rurais, por meio de projetos de microrredes elétricas em área rural, auxiliando na definição de políticas para inserção dessas ao sistema.

Dessa forma, somos exemplo de gestão e comprometimento de recursos que tragam impacto positivo à sociedade. Temos diuturnamente nos aproximado das melhores práticas do mercado, com redução de custos e de olho no futuro. A gestão racional com austeridade ampara todas as medidas. Ela é uma das nossas cinco “ideias-força”, que contemplam ainda a binacionalidade, proatividade, meritocracia e imagem institucional.

Tais ações de gestão, alinhadas à orientação do governo brasileiro, possibilitaram investimentos em obras estruturantes e que deixarão um legado em benefício da sociedade. Ainda em 2022, inauguraremos a nova ponte que conecta Brasil e Paraguai

sobre o Rio Paraná, na região das Três Fronteiras. Conhecida como Ponte da Integração, a estrutura integrará ainda mais Brasil e Paraguai, encurtando distâncias e fortalecendo o comércio exterior e o turismo. A construção da ponte, que começou em 2019, é apenas uma entre as muitas obras estruturantes custeadas pela Itaipu nos últimos três anos.

No campo social, somos uma empresa responsável por movimentar economias e criar oportunidades. Em 2022, até o final de agosto, havíamos gerado US\$ 263,6 milhões em royalties nos dois países. Ao todo, desde 1985, quando foram iniciados os pagamentos, houve liberação de mais de US\$ 12 bilhões para ambas as nações. Seguimos amparando iniciativas socioambientais, educativas, esportivas, culturais e tecnológicas, desde que alinhadas à missão da empresa: “gerar energia elétrica de qualidade e com responsabilidade social e ambiental, contribuindo com o desenvolvimento sustentável no Brasil e no Paraguai”.

Contribuímos, ainda, para o enfrentamento à Covid-19 nos dois países. Ao longo de mais de dois anos, investimos diretamente na saúde, apoiamos entidades sociais e desenvolvemos ações para o turismo, principal atividade econômica regional.

Itaipu é isso, uma empresa com enorme importância para dois países, que não se resume à promoção do desenvolvimento em diferentes áreas e assume seu compromisso de renovação sem esquecer de seu passado. Mais do que uma empresa, somos um símbolo de impulsão do progresso com responsabilidade socioambiental.

*ANATALICIO RISDEN JUNIOR é diretor-geral brasileiro da Itaipu Binacional.



Jornal
IMPRESSO MT
FUNDADO EM 2020
CNPJ: 06.147.693/0001-26

ADMINISTRAÇÃO:
DIRETOR GERAL:
CLAUDINEY FALLCÃO SANTOS

EDITOR CHEFE:
GABRIEL SOARES

EDITOR DE ARTE:
AQUILES A. AMORIM

Os artigos de opinião assinados por colaboradores e/ou articulistas são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam a opinião deste veículo.

Colabore com o debate público sobre nosso estado. Envie artigos e opiniões para:
Email: impressomt@gmail.com - Site: www.oimpressomt.com.br

Av. Thomé de Arruda Fortes nº 221, Bairro: Morada do Ouro, Cuiabá - MT, Cep: 78.053-505
Telefone: 65 99696-6688

INVESTIGAÇÃO CANCELADA

Justiça determinou a suspensão de investigação de suspeita de sonegação fiscal, sob argumento de que objeto é "extremamente vago"

Febraban derruba mais uma CPI

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA

Unimed
Cuiabá

Da redação

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Sonegação Fiscal, instaurada pela Câmara de Cuiabá, teve os trabalhos suspensos novamente por ordem da Justiça, que atendeu a um pedido da Federação Brasileira dos Bancos (Febraban). Na semana, o presidente do Legislativo, Juca do Guaraná Filho (MDB), publicou um ato que atende a decisão judicial.

Essa não é a primeira vez que a federação consegue a paralisação da CPI na Câmara. Em junho, a Justiça também determinou que o Legislativo suspendesse uma CPI com o mesmo

objeto, alegando que as informações que constam no requerimento de abertura da CPI são "extremamente vagas e amplas", sem fato determinado.

Com isso, a comissão foi arquivada, mas uma nova investigação foi aberta, especificando que a apuração iria se concentrar nos índices de sonegação fiscal do ISSQN (Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza) por parte das instituições financeiras, arrendadoras mercantis, processadoras de cartões e administradoras de cartões que atuam em Cuiabá.

No entanto, a FEBRABAN ingressou com um novo mandado de segurança alegando novamente que o requerimento de abertura da CPI é vago e amplo, "sem fato determinado, incorrendo em cerceamento de defesa".

Na decisão, o juiz Marcio Aparecido Guedes, da 2ª Vara Especializada da Fazenda Pública, destaca que a CPI foi

criada sem a indicação precisa de motivação ou das supostas irregularidades que serão investigadas.

O magistrado cita que a falta de especificação dos fatos impede que as representadas "exercem, na sua plenitude, o direito constitucional ao contraditório e à ampla defesa, como, também, demonstra que, na verdade, não se sabe, de modo determinado, onde reside as supostas irregularidades".

"Vale consignar que este Juízo não está adentrando no mérito da existência ou não de sonegação fiscal, mas apenas estabelecendo que esta suposta ilicitude não autoriza a abertura de uma CPI para apurar fatos indeterminados como os apresentados, posto que em dissonância à legislação constitucional e infraconstitucional", destacou o magistrado.

Essa é a terceira tentativa da Câmara de investigar uma suposta sonegação fiscal do



Chico 2000 foi autor do pedido de abertura da comissão, que acabou sendo suspensa mais uma vez pela Justiça

imposto por parte das instituições financeiras. A primeira aconteceu em 2019, mas os trabalhos foram suspensos devido a pandemia do coronavírus.

A CPI acabou sendo arquivada com o fim da legislatura anterior.

Em 2021, surgiu nova proposta, encabeçada pelo vereador Chico 2000 (PL), que conseguiu as

assinaturas necessárias para instauração das investigações, mas acabou suspensa por ordem judicial. A terceira tentativa foi feita em junho deste ano.

SUCESSÃO DE NERI**STF cobra explicações da Câmara****Da redação**

O Mesa Diretora da Câmara dos Deputados e o presidente do Legislativo, deputado Arthur Lira (PP), têm o prazo de 10 dias, após serem notificados, para apresentarem informações sobre a reclamação feita pelo ex-secretário estadual de Educação, Marcos Marrafon (Cidadania), relativa à sua posse como deputado federal. A decisão é do ministro Nunes Marques, do Supremo Tribunal Federal (STF).

Marrafon ingressou com mandado de segurança no Supremo para que o presidente da Câmara declare a imediata perda de mandato de Neri Geller (PP), para que ele possa assumir a cadeira. O ex-secretário alega que o Legislativo federal e Arthur Lira vêm, "deliberadamente", atrasando o andamento do processo.

"Reputo indispensável a prévia colheita de

esclarecimentos para o adequado e seguro enfrentamento do direito líquido e certo invocado a serem prestados, pelas autoridades coatoras. Assim, notifique-as para apresentarem informações, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 7º, I, da Lei n. 12.016/2009", diz o despacho publicado no Diário Oficial do STF que circulou na quinta-feira, 22 de setembro.

Em nota a assessoria da Câmara disse que o processo está tramitando na corregedoria seguindo o rito previsto no Ato da Mesa nº 37/09, que estabelece prazo máximo de 15 dias úteis para tramitação dos procedimentos de apuração referente aos processos de perda de mandato.

Após a conclusão dessa fase, o parecer do corregedor será encaminhado para a Mesa Diretora da Casa, órgão competente para declarar a perda de mandato.

Só depois desses trâmites é que o suplente poderá ser convocado.

O CASO - Neri teve o mandato cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) no dia 23 de agosto, por abuso de poder econômico durante a campanha eleitoral de 2018. A decisão também declarou a inelegibilidade dele por oito anos, a partir da eleição de 2018. Foi determinado o cumprimento imediato do acórdão da decisão. Com isso, o Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT) realizou o reprocessamento do resultado das eleições de 2018.

O prefeito de Tangará da Serra, Vander Masson (PSDB), ficou com a cadeira, mas teria que abdicar de seu mandato como prefeito para assumir a vaga. Por isso, ele decidiu renunciar e deixou que Marrafon, que pertencia à mesma coligação que Masson, assumisse o mandato tampão.

PEDIDO DE INDENIZAÇÃO**Justiça marca conciliação entre Mauro Mendes e Emanuel Pinheiro****Da redação**

A Justiça marcou a audiência de conciliação entre o governador Mauro Mendes (União) e o prefeito Emanuel Pinheiro (MDB) para o dia 18 de novembro, que será realizada de forma virtual às 14 horas. O governador deverá ser representado pelo advogado Hélio Nishiyama.

No processo, o prefeito da capital pede indenização de R\$ 40 mil após o governador proferir diversos xingamentos contra ele. Dentre os xingamentos estão "vagabundo", "mentiroso", "atolado na merda", além de outros. A fala de Mauro foi feita após uma entrevista coletiva, onde Emanuel e a candidata ao governo Márcia Pinheiro acusaram o governador de usar seu filho como

laranja em mais de 30 empresas.

Na petição, o advogado do prefeito, André Faiad, comenta que o governador "deliberadamente" ofende a honra de seu cliente ao acusá-lo de ser "líder de organização criminosa", que "terá fim pior do que o Silval". Ele pede uma indenização no valor de R\$ 40 mil.

"Ele [o governador] ofende não somente o requerente [Emanuel] e sua família, mas ele ataca também Estado Democrático de Direito, ataca um opositor político sem qualquer pudor. O requerido utiliza das piores ofensas, para se dirigir a um político de oposição", diz trecho da peça.

O advogado cita ainda que o comportamento do governador compromete não somente a

saúde mental e a honra do prefeito, mas também a democracia. Cita ainda que sempre que é questionado pela imprensa sobre seu opositor, o ofende sem nenhuma dignidade e o difama publicamente.

"Semanalmente o Autor está sendo alvo de novas e novas ofensas, acusações e humilhações por parte do requerido e o requerente teme que nada seja feito, pois, por mais que o mesmo seja uma pessoa pública, as ofensas estão ultrapassando qualquer tipo de limite lógico e social, e está se tornando um pesadelo a si e à sua família!", destaca o advogado.

Por fim, o jurista comenta que as ofensas devem ser repreendidas o mais rápido possível para evitar que o fato se repita.

NOVELA SEM FIM**Parecer da PGR defende decisão do TCU sobre BRT**

PGR sustenta que há participação da Caixa e do governo federal na obra inacabada do VLT

Gabriel Soares

A Procuradoria-Geral da República (PGR) apresentou ao Supremo Tribunal Federal (STF) manifestação na última quarta-feira, 21 de setembro, defendendo a cassação da liminar concedida pelo ministro Dias Toffoli, que suspendeu uma determinação do Tribunal de Contas da União (TCU) para "paralisação" do processo de implantação do BRT (Ônibus de Trânsito Rápido).

O documento, assinado pela subprocuradora-geral da República, Maria Caetana Cintra Santos, defende que o Tribunal de Contas do Estado (TCE/MT) não possui competência para decidir sobre a implanta-

ção do BRT ou do Veículo Leve sobre trilhos (VLT).

A manifestação se dá no bojo de uma ação movida pelo TCE junto ao STF, questionando a legitimidade do TCU para suspender o processo licitatório do BRT, sob a alegação de que não há recursos federais para que o órgão entre na discussão. No fim do mês de agosto de 2022, o ministro Dias Toffoli concedeu liminar restabelecendo autoridade do TCE no caso. Como o TCE havia liberado a troca do modal, o governo do Estado viu um 'sinal verde' e deu início ao processo de substituição.

No entanto, a subprocuradora-geral da República discorda do entendimento do ministro. Em seu parecer, ela alega que a competência para ava-

liar esse processo é do TCU.

"Há informação nos autos que o TCU expediu recomendações à Caixa Econômica Federal e ao Ministério do Desenvolvimento Regional, evidenciando a nítida participação do governo federal (MDR e CEF) no empreendimento de grande porte e relevante interesse público, peculiaridade que atrai a competência do TCU", diz trecho do parecer.

Na avaliação da subprocuradora-geral, somente o governo de Mato Grosso poderia questionar a paralisação da licitação do BRT determinada pelo TCU. Ela ainda aponta que o empreendimento conta com participação da Caixa Econômica Federal (CEF) e do Ministério do Desenvolvimento Regional.

QUINTO CONSTITUCIONAL

Proposta libera a participação de conselheiros estaduais e federais na disputa por vagas de juiz e poderia influenciar escolha em MT

OAB adia votação de novas regras

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA

Unimed
Cuiabá

Gabriel Soares

O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) adiou a decisão sobre uma proposta que busca mudar as regras para indicação dos candidatos às vagas da advocacia no Quinto Constitucional. A proposta estava pautada para votação na manhã de segunda-feira, 19 de setembro, mas foi retirada de pauta pelo presidente do Conselho Federal, Beto Simonetti.

A proposta em votação libera a participação de conselheiros estaduais e federais na composição das listas sêxtuplas para disputa de cargos do Quinto Constitucional, dispositivo que garante 20% das vagas nos Tribunais de Justiça para representantes da advocacia e do Ministério Público. Atualmente, essa participação é vedada.

Essa mudança é objeto de debates recorrentes no Conselho Federal



Mudança nas regras da lista sêxtupla estava prevista para ser votada hoje, mas foi retirada de pauta; ainda não há previsão

da OAB, que já decidiu, em outras ocasiões, pela proibição na participação de conselheiros. O entendimento em vigência é de que essa vedação garante maior moralidade ao processo de seleção do Quinto Constitucional, evitando que os conselheiros, ao serem indicados para compor a lista sêxtupla, influenciassem na escolha de seus nomes.

O tema se tornou objeto de polêmica na manhã desta segunda. O ex-presidente Reginaldo

Oscar de Castro, membro vitalício do conselho, pediu a palavra para repudiar uma nota divulgada pelo jornal Folha de S. Paulo nesta segunda, afirmando que Reginaldo estaria atuando junto com outros conselheiros para impedir a aprovação da proposta.

Reginaldo disse desconhecer a proposta e garantiu que jamais falou com a imprensa sobre o assunto, pois entende que se trata de um assunto pertinente apenas ao Conselho Federal.

“Eu discutiria a proposta no conselho, disse que em princípio sou contra, mas não analisei ainda. Não posso adiantar, portanto, a minha posição, mas quero deixar publicamente declarado que esta matéria é fake news”, disse.

Simonetti também se disse surpreso com as informações divulgadas pelo jornal e revelou que procurou Reginaldo antes da votação, para saber se havia algum descontentamento com a proposta. “[...] Vossa

excelência, espantado, me disse que não sabia da existência do assunto, mas trataria com a responsabilidade que sempre tratou”, afirmou.

Não foi divulgada uma nova data para a votação da proposta, que segue sob relatoria da conselheira Cristiane Damasceno Leite, do Distrito Federal.

DEBATES EM MT - A mudança nas regras tem sido tema de intensos debates em grupos de advogados mato-gros-

senses, principalmente pela possibilidade de que a mudança já valha na escolha dos novos desembargadores do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) em 2023.

Isso porque o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) determinou a abertura de nove vagas de desembargador a partir do próximo ano. A OAB-MT tem direito a uma das 9 vagas que serão abertas.

Se a medida tiver validade imediata, ela poderá beneficiar o ex-presidente da OAB-MT, Leonardo Campos, e os conselheiros Ulisses Rabaneda e Cláudia Negrão, todos membros do conselho federal.

Porém, alguns advogados defendem que a medida só passe a valer para a próxima gestão da OAB-MT, o que os impediria de disputar a vaga no TJMT.

Também há debate quanto sobre a possibilidade de essa liberação se estender aos diretores da OAB, já que a articulação política para concorrer ao quinto constitucional poderia comprometer a independência necessário ao exercício da função. Nesse caso, poderia haver um empecilho para Leonardo Campos, que foi eleito diretor-tesoureiro da entidade.

CASSAÇÃO DE PACCOLA

“Vamos pautar o mais rápido possível”, diz Juca

Da redação

O presidente da Câmara de Cuiabá, Juca do Guaraná Filho (MDB), disse que ainda não recebeu o relatório da Comissão de Ética que pede a cassação do vereador Tenente Coronel Paccola (Republicanos) por quebra de decoro parlamentar. Ele adiantou que assim que receber o documento irá submetê-lo para apreciação do plenário, sem passar por uma análise da Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR).

Juca destacou que os trâmites previstos no regimento interno e na

Lei Orgânica do Município foram respeitados e que agora cada vereador terá a oportunidade, durante votação no plenário, de mostrar seu posicionamento sobre o fato à sociedade. Ele ainda ressaltou que Paccola teve prazo para apresentar sua defesa, o que não aconteceu, e que foi nomeado um defensor dativo para que apresentasse a manifestação à Comissão de Ética.

“Eu, como presidente, tenho que presidir a sessão e deixar que cada vereador faça o seu trabalho. Nós vamos colocar em votação, o presi-

dente nem sequer vota, mas respeito cada posição de cada vereador. A nossa obrigação é pautar e nós vamos pautar o mais rápido possível, tão logo chegue o relatório em nossas mãos”, disse.

“É muito ruim o que aconteceu, [...] mas nós temos que dar a resposta à população cuiabana e cada vereador vai dar a sua resposta”, emendou.

O vereador Kássio Coelho (Patriota), relator do processo na Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, anunciou que seu relatório pede a cassação de Paccola e que deve encaminhar o

documento ao presidente da Câmara, para que possa dar prosseguimento do processo.

Paccola se tornou réu por homicídio qualificado pela morte do agente socioeducativo, Alexandre Miyagawa. O fato aconteceu em frente a uma distribuidora na região central da capital, em julho deste ano. O parlamentar alega que atirou contra o servidor em legítima defesa, própria e de terceiro, versão contestada pelo Ministério Público, que o acusa de homicídio qualificado por instrumento que impede a defesa da vítima.



Relator da Comissão de Ética pediu a cassação de Paccola por quebra de decoro parlamentar

SEGURANÇA PÚBLICA

Mauro cobra legislação mais rígida do Congresso



Mauro afirma que congressistas são “frouxos” e “irresponsáveis” por não endurecerem a legislação criminal

Da redação

O candidato à reeleição ao governo Mauro Mendes (União) criticou o Congresso Nacional pela falta de atuação para promover mudanças na legislação penal para garantir penalidades mais duras aos criminosos. Mauro comentou que tem ouvido que os criminosos estão sendo soltos uma hora após serem detidos, situação que, segundo ele, é devido à atual legislação “frouxa”, em sua avaliação.

O governador sustenta que a “culpa” dessa situação estar ocorrendo não é dos policiais, dos delegados e nem dos juízes, mas sim do Con-

gresso, que não faz as mudanças na legislação para assegurar punições mais severas aos criminosos.

“De vez enquanto a gente escuta os nossos policiais dizendo assim: ‘prendi um bandido, vou para delegacia com ele, chegou na delegacia, entrego ele para o delegado, vou lá preencher a papelada, o boletim, fazer a burocracia, ... olha pela janela e o bandido está saindo’. Isso não é culpa do delegado, isso não é culpa do juiz, é culpa da lei brasileira frouxa. Eu fico irritado demais quando eu falo desse negócio, porque os caras lá em Brasília não trabalham direito. Quando eles querem, já

mostraram que fazem”, destacou.

Mostrando-se revoltado com a situação, Mauro ainda afirmou que os congressistas são “frouxos” e “irresponsáveis” por permitirem que a situação prossiga como está.

“Se eles não mudam a lei brasileira para dar segurança à população é porque é um bando de frouxos, um bando de irresponsáveis. Desculpe! Quando falo sobre isso eu mostro a indignação que eu tenho como cidadão. Eu tenho certeza que o cidadão também fica indignado com isso, sabe que o bandido está comendo solto e a lei protege os caras”, disse.

Mauro reforçou que os profissionais de Segurança Pública, o Poder Judiciário e o governo estadual não podem fazer as mudanças necessárias, pois a competência para isso cabe exclusivamente ao Congresso Nacional. Na avaliação do candidato, os congressistas já mostraram que conseguem fazer as mudanças necessárias quando têm interesse.

“[...] O Congresso Nacional tome vergonha na cara e faça uma lei para dar segurança para o cidadão de bem. Ninguém aguenta mais o que está acontecendo nesse país. Tem cidades que foram tomadas pelo crime organizado”, destacou.

Gilberto Leite

CONFIANTE

Candidata afirma que início tardio da campanha dificultou expansão no interior, mas acredita que conseguirá ampliar sua votação na reta final

Márcia aposta em segundo turno

Gilberto Leite

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888**FARMÁCIA**
Unimed
Cuiabá**Da redação**

A candidata Márcia Pinheiro (PV) pretende intensificar a agenda nos últimos dias de campanha para tentar atingir o percentual necessário para levar a disputa eleitoral ao segundo turno. Em segundo lugar nas últimas pesquisas de intenções de votos, Márcia comentou que, por ter lançado sua candidatura de forma tardia, seu principal desafio é tornar seu nome conhecido no interior do estado.

“Comecei uma campanha tardia, não deu tempo ainda de ser totalmente conhecida no interior, de saber que

tem uma segunda opção. Então, nós estamos procurando utilizar o máximo do tempo nosso para que a gente possa viajar e levar o nosso nome para essas regiões”, disse a candidata, em entrevista ao Estadão Mato Grosso.

Márcia acredita que conseguirá expandir seu nome na reta final da campanha, quando grande parte do eleitorado costuma definir o voto. Para isso, pretende mostrar suas propostas e conquistar a confiança dos eleitores, principalmente dos que continuam indecisos.

“Nessa reta final é o momento em que as pessoas realmente vão começar a decidir em quem votar, porque todo mundo trabalha, está correndo para pagar suas contas, não estão muito ligados. Nesse final de semana e na semana que vem é realmente as pessoas vão decidir. Eu quero mostrar para a população

que sou uma opção, uma mulher sensível, que vai ter diálogo, que quer levar todos os nossos programas sociais para todo o estado”, destacou.

Márcia foi definida como candidata ao governo no final do período das convenções partidárias, antes dela a federação de esquerda – PT, PV e PCdoB – e partidos aliados, PP e PSD, discutiam outros nomes para o pleito, como o senador Carlos Fávaro (PSD). A indicação da primeira-dama de Cuiabá para a disputa majoritária foi recebida como surpresa, pois ela era cotada para ocupar a primeira suplência da chapa encabeçada por Neri Geller (PP) ao Senado.

Apesar de sua campanha ter começado tarde, Márcia avalia o resultado conquistado até agora como positivo. A candidata destacou que, se eleita, pretende implantar um governo mais social e municipalista, com abertura



Márcia afirma que seu nome tem sido bem recebido no interior e acredita que levará disputa ao segundo turno

de diálogo com o setor produtivo, servidores e demais classes.

“Estamos recebendo muitas mensagens, as pessoas que nos conhecem estão ouvindo

nossas propostas, estão se manifestando, estão demonstrando apoio à nossa candidatura. Acredito, sim, em segundo turno. É a soberba e a arrogância versus o

diálogo, a sensibilidade, a competência de uma mulher que pretende levar esse olhar de mãe para todo Mato Grosso, de cuidado com as pessoas”, disse.

SABATINA DO COMÉRCIO

Mauro Mendes: incentivo fiscal deve ser à indústria

Da redação

O candidato à reeleição ao governo Mauro Mendes (União) destacou que o programa de incentivo fiscal adotado no estado, o Prodeic (Programa de Desenvolvimento Industrial e Comercial de Mato Grosso), atende somente as indústrias porque a redução da tributação acontece na produção e não no consumo, por isso não abrange o comércio.

A explicação aconteceu durante sabatina com representantes do comércio nesta semana, quando o governador foi questionado sobre a inclusão do setor no programa. Mauro comentou que o modelo adotado em Mato Gros-

so é o mesmo que é feito em todo o mundo e questionou quem pagaria impostos caso desonerasse o consumo.

“O incentivo fiscal nada mais é do que a redução da tributação. Ele se dá na produção e não no consumo. Isso é feito no mundo inteiro e no Brasil, nos países, alguns estados fizeram isso, você reduz a tributação na produção, na base da cadeia, para que você incentive um processo de industrialização e a tributação tem que acontecer no consumo”, explicou.

“Esse é o padrão mundial de tributação, é o padrão brasileiro. Então, o Prodeic [...] ele tem que incentivar a indústria mato-grossense. Se você desonera



A empresários, Mauro afirmou que se tributação ocorrer na produção, indústrias vão migrar para outro estado

o consumo, quem vai pagar os impostos? A indústria na produção? Vão produzir em outro estado. O comércio se dá onde as pessoas vivem, onde elas moram, e elas têm que responder, porque se não o Estado não vai existir”, complementou.

Mauro destacou que tem buscado em sua gestão aplicar corretamente os impostos para que o resultado seja refletido no atendimento dos serviços públicos. Além disso, enfatizou que o governo já colabora com o setor do comércio com redução do ICMS no setor de calçados e confecção e da carne.

“O dinheiro vem da correta cobrança de impostos e da correta

aplicação desse dinheiro e isso meus amigos eu posso garantir aos senhores que nós estamos fazendo, tanto que está aqui os grandes e volumosos investimentos que o governo está conseguindo fazer. [...] Nesse período que nós mudamos isso eu não tenho notícias de nenhuma empresa industrial, comercial que fechou, muito pelo contrário. Eu analiso os números do comércio em todas as suas subdivisões, todo mundo crescendo, grande maioria crescendo. Houve momento em que alguns tiveram dificuldade, nós fomos lá e alteramos a tributação, o setor do calçados e confecções foi um deles”, destacou.

EX-DEPUTADO

Juiz autoriza progressão de José Riva para o semiaberto

Da redação

O juiz Geraldo Fernandes Fidelis Neto, da 2ª Vara Criminal de Cuiabá, deferiu a progressão de regime fechado “diferenciado” para o semiaberto do ex-deputado estadual José Riva.

Na decisão proferida na quarta-feira, 21 de setembro, o magistrado estabeleceu algumas regras, como: o semiaberto será cumprido através de prisão domiciliar e terá que utilizar tornozeleira eletrônica.

Além disso, Riva terá que se recolher em sua casa entre 22h e 6h do dia seguinte, sendo autorizado a sair, por sete dias, para procurar emprego. Caso não consiga achar durante o período, deverá buscar tra-

balho por telefone em sua casa por 23 dias.

“Completados 30 (trinta) dias da entrada do (a) recuperando (a) no cumprimento do regime semiaberto e não tendo comprovado o exercício de atividade lícita, será possível a sua regressão para o regime fechado”, alertou o magistrado.

Riva também foi proibido de frequentar lugares inapropriados, como casa de prostituição, cada de jogos, bocas de fumo e locais similares, de portar armas e ingerir bebida alcoólica ou uso de qualquer espécie de substância entorpecente.

Ao deferir a progressão do regime, o juiz considerou “que o tempo remido é com-

putado como pena cumprida para todos os efeitos legais e a aplicação do acréscimo de 1/3 em razão da conclusão do curso superior [em Marketing], [...] já acrescidas a remição de 223 somados aos 46 dias do (acrécimo 1/3) e a detração de 308 dias, 03 anos, 06 meses e 26 dias de pena”.

“Soma-se isso ao fato de que não há informações nos autos acerca de violações cometidas pelo apenado, restando, desse modo, preenchido, também, o critério subjetivo, concernente à progressão regimental. Desse modo, por restarem preenchidos os requisitos legais, DEFIRO a progressão de regime do fechado para o semiaberto”, destacou.

AÇÃO EXTINTA

Justiça nega pedido para quebra dos sigilos fiscal e bancário

Da redação

O juiz-membro do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT), Fábio Henrique Rodrigues de Moraes Fiorenza, indeferiu e julgou extinto o pedido feito pela candidata ao governo Márcia Pinheiro (PV) e pelo marido dela, o prefeito Emanuel Pinheiro (MDB), para que fosse realizada a quebra dos sigilos fiscal e bancário de toda sua família nos últimos cinco anos.

A medida foi anunciada pela candidata durante uma coletiva de imprensa na terça-feira, 21 de setembro, como resposta às críticas feitas pelo seu adversário político, o candidato à reeleição Mauro Mendes (União).

Ao negar o pedido, o juiz estabeleceu três motivos. Um deles foi que qualquer cidadão pode solicitar a quebra dos seus sigilos fiscal, bancário e telefônico sem necessidade de recorrer ao Poder Judiciário.

“A necessidade de decisão judicial existe, por evidente, quando o autor do pedido pretende a quebra de sigilo de um terceiro”, destacou.

Além disso, ele destacou que não se pode permitir que o Poder Judiciário seja utilizado para fins ‘eminente-mente’ eleitorais.

“Se os Requerentes assim desejarem, podem obter os seus dados fiscais e bancários e mostrá-los no horário eleitoral gratuito de sua campanha, por exemplo,

mas não podem envolver esta Justiça Especializada neste tipo de expediente político-eleitoral”, sugeriu.

Durante a coletiva, Márcia e Emanuel afirmaram que a atitude é uma reação às críticas feitas por Mauro, candidato à reeleição, durante entrevista ao programa Tribuna, da Rádio Vila Real, na manhã de segunda-feira, 19. Na ocasião, Mauro afirmou que Márcia é “cara de pau” por se candidatar ao governo. Ele citou que a Justiça Estadual proibiu a primeira-dama de frequentar a Prefeitura de Cuiabá em ação referente à Operação Capistrum, que apura a suposta utilização da Secretaria de Saúde de Cuiabá para fins políticos.

TERRA DE OPORTUNIDADES

Falta de mão de obra qualificada é apontada em estudos como um dos principais entraves ao desenvolvimento econômico do estado

MT deve 'importar' trabalhadores

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA

Unimed
Cuiabá

Da Redação

A Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso (Fiemt) incluiu a necessidade de estimular a atração de trabalhadores para o estado no documento que cita as prioridades da indústria até 2026. A sugestão foi dada em razão da falta de mão de obra qualificada no Estado, somada à falta de interesse das pessoas que não estão no mercado de trabalho.

No documento, a Fiemt destaca que Mato Grosso é o segundo estado com menor nível de desemprego, ou seja, quase pleno emprego. Entretanto, ainda existem muitas vagas abert

tas no setor industrial e poucos interessados em ocupá-las. A falta de capital humano é vista como um dos principais entraves ao desenvolvimento econômico do estado.

"Apesar dos esforços feitos por diversas entidades educacionais, com destaque para o Sesi e o Senai, a falta de profissionais qualificados é um grande entrave para o desenvolvimento do setor industrial de Mato Grosso. Um arranjo melhor estruturado entre entidades que têm o papel de oferecer cursos e também de atrair as pessoas para essas oportunidades é fundamental para o desenvolvimento do setor produtivo", afirma o documento.

O assunto também foi tratado durante a entrega do documento ao governador Mauro Mendes (União Brasil), na última terça-feira (20). Com a previsão de crescimento nos investimentos privados em Mato Grosso, a principal preocupação é a oferta de mão de obra



Estudo apontou a falta de 'capital humano' como um dos grandes desafios para o crescimento de MT

para os empregos que existem e para as novas funções que devem aparecer no futuro.

"É fato que, assim, trabalhador profissional, mão de obra, está faltando. Tem gente que não está pronto para os empregos que existem, tem gente que não tem

nem escolaridade para ficarem prontos para os empregos que existem. Tem gente que está nos programas sociais e não está procurando emprego, isso é um fato", afirmou o presidente da Fiemt, Gustavo de Oliveira, em conversa com empresários.

Essa falta de mão de obra também foi constatada em estudo realizado pela consultoria Tendências e pelo Centro de Liderança Pública (CLP), divulgado na última semana. O estudo mostra que Mato Grosso é o quinto estado mais competitivo do Brasil,

além de ocupar o primeiro lugar no quesito solidez fiscal. Entretanto, é o 19º colocado no quesito 'capital humano', justamente por falta de mão de obra. Apesar disso, o estado melhorou em 5 posições neste quesito em relação ao ano de 2021.

Questionado sobre o tema, o governador Mauro Mendes (União) admitiu a possibilidade de criar políticas públicas que ajudem a 'resgatar' pessoas que já desistiram de se qualificar para retornar ao mercado de trabalho.

"O governo não pode obrigar ninguém, ir lá e fazer com que elas obrigatoriamente venham para o mercado, venham trabalhar. Num lado, as políticas que existem de assistência, de segurança alimentar, elas são necessárias, mas tem algum nível de pessoas que se aproveitam disso e deturpam a função desse trabalho e isso acaba sendo desestímulo para algumas pessoas", disse Mauro.

INCLUSÃO ESPORTIVA

Lei incentiva prática esportiva de paralímpicos em Mato Grosso

Da Redação

Sancionada no ano passado, a Lei 11.355/2021, de autoria do candidato à reeleição, deputado estadual Max Russi (PSB), determina que quadras esportivas dos estabelecimentos de ensino, de Mato Grosso, devem oferecer pontos de acessibilidade e equipamentos para Pessoas com Deficiência (PcD). O parlamentar acredita que a nova legislação em vigência deve incentivar a formação de mais atletas paralímpicos profissionais no Estado.

Max Russi destaca que a nova medida busca assegurar que a população com deficiência tenha à disposição espaços adequados e destinados

à inclusão esportiva. A alegação é que, por falta de estrutura, muitas dessas pessoas ficam sem praticar esporte dentro das escolas, o que, na prática, deixa de incentivar aos que sonham com uma carreira esportiva profissional.

"Precisamos incentivar, para que novos espaços ofereçam todo o suporte, como rampas, banheiros adaptados e barras. Precisamos trazer essas pessoas para dentro do esporte, formar novos campeões, incentivar aos que tem alguma deficiência e sonham em ser atletas", avalia o deputado.

O deputado Max Russi reforça que a Lei tem, como medida fundamental, a inclusão. "Esse

é um dos principais motivos de eu ter proposto essa Lei. Com frequência, estudantes com necessidades especiais ficam de fora das aulas, pois não há disponibilidade de uma quadra de esportes em condições mínimas de segurança, funcionamento e acessibilidade. A estrutura facilitando a prática dentro das escolas pode aumentar os adeptos ao esporte", reforçou.

Conforme a Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer (Secel), dos 444 atletas que solicitaram o auxílio financeiro do Bolsa Atleta em 2022, previsto no projeto Olimpus, 36 são paralímpicos, praticantes de modalidades como atletismo, judô e natação.

ALÍVIO NA PANDEMIA

Cem municípios não registram casos de covid há duas semanas

Da redação

Desde o início da pandemia do novo coronavírus, em março de 2020, 837.047 pessoas testaram positivo para a doença em Mato Grosso. Neste ano, desde o final de julho, o estado tem registrado queda nos números de pacientes infectados, internados e que vieram a óbito. Nas últimas duas semanas, por exemplo, 285 pessoas testaram positivo.

Os dados do Painel Covid-19 desta sexta-feira, 23 de setembro, mostram que a incidência nesse período é uma das mais baixas dos últimos meses, chegando a 8,18 casos para cada grupo de 100 mil habitantes.

Esse resultado representa uma boa notícia: dos 141 municípios do Estado, 100 não registraram nenhum caso novo em 14 dias. Isso representa 70,92%, enquanto que 24,11% apresentaram menos de 25 casos por 100 mil habitantes e 4,96% registraram de 25 a 150 casos.

Entre os municípios que mais registraram casos da doença, Cuiabá aparece em primeiro com 140, seguido de Sinop com 32 e Sorriso com 12. Todos os três fazem parte do grupo de municípios com classificação baixa para transmissão.

ÓBITOS - Das 837.047 pessoas que testaram positivo para a doença,

821.175 se recuperaram. Outras 15.237 morreram em decorrência da covid-19. Desse total, 14.944 eram residentes de Mato Grosso e 293 de fora.

VACINAÇÃO - Apesar de ter "estacionado", a vacinação contra a doença foi fundamental para os resultados otimistas dos últimos meses. Segundo dados do Painel de Distribuição de Vacinas em Mato Grosso, a cobertura vacinal é de 44,52%.

Entre o grupo que mais registrou esquema vacinal completo está o de pessoas maiores de 60 anos (72,48%), seguido por 42,80% dos adultos de 18 a 60 anos (o maior grupo).

20 ANOS DE ESPERA

Coxipó do Ouro recebe primeira linha de ônibus rural em Cuiabá

Da redação

Após 20 anos de espera, a Comunidade do Coxipó do Ouro, localizada na zona rural de Cuiabá, passou a contar com a 1ª linha de ônibus R-01. O itinerário será responsável por fazer a rota da região até o Terminal do CPA III, na Capital. Além disso, foi concedido a concessão do antigo prédio da Emreb Nossa Senhora Da Penha de Franca, à Associação de Moradores.

O prefeito em exercício, José Roberto Stopa, adiantou que o coletivo fará seis viagens diárias, sob o custo unitário da passagem de R \$5,95, garantindo a mobilidade da população que ali reside. Ele afirmou ainda

que o novo centro comunitário terá como finalidade garantir a inclusão social.

"Estamos valorizando a qualidade de vida dos moradores e a entrega não é só essa. O prédio antigo da escola, a qual construímos outra nova, estamos passando para associação dos moradores para que eles possam realizar eventos, organizar a comunidade e uma base da Polícia Militar, ou seja, facilitando a vida daqueles que mais precisam", disse.

O líder comunitário da localidade, Thiago Pedroso, salientou que o veículo demonstra o respeito e cuidado com as regiões mais afastadas. "Hoje tivemos duas entregas, o que para nós

significa um passo gigante, que irá abrigar muitas entidades. Fica aqui nosso muito obrigada e o compromisso de fazer um bom uso", comentou.

Representando à Câmara Municipal, o vereador Marcrean Santos, agradeceu o Executivo Municipal pelo atendimento a mais esse pedido. "Uma indicação minha e hoje estamos entregando e agradecendo a Deus pela gestão Emanuel Pinheiro, que está presenteando a população. Essa conquista é de todos nós", completou.

Conforme a Secretaria de Mobilidade Urbana (SEMUB), o horário de funcionamento da linha rural é das 06h às 19h30. Com informações da Assessoria de Imprensa

Espejos deixam o ambiente mais elegante!

PEÇA UM ORÇAMENTO!
(65) 3642-3344
(65) 9 9299-9226

CASA DOS VIDROS
www.casadovidros.com.br

LOCOMOTIVA DO BRASIL

Potencial de crescimento da agroindústria, geração de energia e produção de alimentos devem receber maior aporte de investimentos após as eleições

MT atrai investimento "gringo"

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA
Unimed
Cuiabá

Da redação

O mundo está de olho em Mato Grosso, com investidores buscando cada vez mais aplicarem seus recursos na agroindústria mato-grossense, na geração de energia e de alimentos. A avaliação é do presidente da Federação das Indústrias de Mato Grosso (Fiemt), Gustavo Oliveira, que acredita em maior volume de investimentos após a eleição presidencial.

A declaração de Gustavo foi dada durante a entrega de um documento com as prioridades da indústria mato-grossense ao governador Mauro Mendes (União Brasil), candidato à reeleição. A visão diferenciada que os investidores têm do esta-

do, avalia o presidente da Fiemt, se dá em razão dos investimentos públicos feitos na gestão atual, além dos privados.

O estado está em primeiro lugar no quesito de solidez fiscal no estudo feito pela consultoria Tendências e Centro de Liderança Pública (CLP). Além disso, tem uma série de investimentos em andamento para melhoria das rodovias e também na construção da ferrovia estadual, mais uma possibilidade de as empresas escoarem seus produtos com menor custo logístico.

"Tem muito estrangeiro andando por Mato Grosso, investindo na agroindustrialização. Isso é uma realidade que a gente percebe aqui. O que a gente tem tido de sondagem de empresas de outros países, que estão vindo para Mato Grosso, que estão olhando para o estado, no cenário da produção de energia e produção de alimentos, é muita coisa", afirma Gustavo.

Durante sua apresentação, o presidente da Fiemt ainda lembrou das



Presidente da Fiemt, Gustavo Oliveira diz ter recebido várias sondagens de grupos estrangeiros interessados em investir em MT

missões internacionais que ele fez durante o ano, com destaque para o Japão, onde economistas daquele país apontam que as empresas que pretendem continuar crescendo terão que reorganizar suas cadeias produtivas, transferindo investimentos para ou-

tros países, dentre eles o Brasil.

A preocupação levantada por Gustavo em relação ao Brasil é em relação às contas públicas em 2023. Isso porque os gastos públicos devem aumentar em 2023, enquanto a arrecadação deve apresentar queda.

Entretanto, Mato Grosso encontra-se em posição privilegiada, pois conta com recursos para investimentos públicos e um cenário político-econômico que atrai mais capital privado.

Gustavo também lembrou que, nos últimos anos, cerca de 70%

das prefeituras brasileiras precisavam "fazer mágica" para pagar a folha do funcionalismo, situação que mudou durante a pandemia, pois houve muita transferência de recursos da União para Estados e Municípios, além da inflação, que ajudou a 'turbinar' a arrecadação em um primeiro momento.

Porém, esses efeitos são passageiros. Gustavo avalia que os gestores que não 'fizeram o dever de casa' devem sofrer no próximo ano. A expectativa é que o fim da disputa eleitoral libere o fluxo de investimentos a partir do próximo ano.

"Não vai ter capacidade de investimento. Estamos tendo esse efeito eleitoral. O [Henrique] Meirelles deu uma declaração de que apoia um eventual governo Lula, isso fez o dólar cair, deu uma balança nos mercados. [...] Acho que foi uma sinalização, depois que acabar esse período eleitoral, esse Fla-Flu, o estrangeiro vai olhar pra cá já com um cenário mais definido", disse.

EFEITO DO MARCO LEGAL**Últimos dias de 'solar sem taxas'****Da redação**

Consumidores que pretendem fazer instalação de sistemas fotovoltaicos precisam 'correr contra o tempo' para serem beneficiados com a isenção de algumas taxas, que começarão a ser cobradas a partir de 2023. Isso porque o marco legal do setor estabelece duas taxas que serão pagas a partir do próximo ano: a Taxa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) e a Tarifa de Energia (TE).

Na prática, os consumidores que fizerem a instalação a partir do próximo ano pagarão um percentual sobre o valor da energia que 'depositam' na rede da concessionária. Esse percentual ainda será estabelecido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) sobre o preço da TE, que é o preço da energia de fato. Essa cobrança será feita no momento da injeção.

A outra cobrança será feita quando o consumidor for compensado pela energia que ele já injetou na rede. Para isso, será considerado um percentual sobre o preço da energia na ocasião da compensação. Essa taxa será de 15% para quem fizer a instalação em 2023, 30% para 2024, podendo chegar a 90% para quem fizer a instalação em 2028.

A advogada Alessandra Panizi, presidente da Comissão de Direito de Energia da OAB Mato Grosso, explica que a mudança na legislação atende um pleito das concessionárias, pois o uso do sistema de distribuição implica em riscos ao sistema, que precisam ser mitigados. Além disso, o Marco Legal garante maior se-



Concessionárias alegam que clientes com energia solar sobrecarregam o sistema de distribuição e precisam pagar as taxas

gurança jurídica para o setor, afirma.

"A concessionária 'brigou' justamente para dizer o seguinte: 'olha, você está fazendo uso da minha infraestrutura. Então, é justo que você pague por essa infraestrutura'. Você não vai pagar pela energia que você produz, mas a infraestrutura que você vai utilizar", esclarece Alessandra, proprietária do escritório Panizi Advogados.

A advogada ainda explica que a injeção de energia na rede pode provocar sobrecargas nas linhas de transmissão ou transformadores, daí a justificativa para a cobrança pelo uso do sistema. Atualmente, os consumidores que

utilizam a energia solar pagam apenas pelo custo de disponibilidade da rede e a taxa de iluminação pública, além dos impostos.

Para continuar apenas com esses custos, o consumidor tem até o dia 7 de janeiro de 2023 para protocolar um pedido de instalação de uma microgeração de energia solar junto à concessionária de energia.

Já a advogada Fabíola Sampaio, que também é integrante da Comissão de Direito de Energia, explica que as concessionárias possuem contratos que previam um consumo 'normal' de energia, que foram assinados sem considerar as perdas de arrecadação que a energia foto-

voltaica poderia trazer para as empresas.

Aqui, ela alerta para um duplo prejuízo que as concessionárias temem sofrer com a expansão da energia solar, já que há um aumento no uso da infraestrutura ao mesmo tempo em que se reduz a arrecadação. Como consequência, isso poderia causar prejuízo aos investimentos necessários para melhoria e expansão da rede de distribuição.

"Elas tiveram uma queda na arrecadação e, além disso, quem produz energia solar utiliza da estrutura da distribuidora, você precisa da distribuidora para utilizar essa energia", pontua Fabíola.

1ª VEZ EM 9 ANOS**Governo prevê fechar o ano com contas no azul****Agência Brasil**

Pela primeira vez em nove anos, as contas públicas deverão fechar no azul. Em 2022, o Governo Central - Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central - deverá obter superávit primário de R\$ 13,548 bilhões. Isso ocorrerá porque, além de as despesas caírem, o governo aumentou as projeções de receitas.

A estimativa consta no Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas, enviado na quinta-feira (22) ao Congresso Nacional. A versão anterior do documento, divulgada em julho, previa que o Governo Central fecharia o ano com déficit primário de R\$ 59,534 bilhões.

Desde 2014, o Governo Central registrava déficit primário ano a ano. A melhora do resultado fiscal deve-se tanto à queda das despesas como ao crescimento das receitas.

Mesmo com as desonerações concedidas sobre combustíveis e produtos industrializados, as previsões de receitas brutas saltaram R\$ 82,197 bilhões em relação ao relatório anterior, divulgado em julho. Ao descontar as transferências para os estados e os municípios, a estimativa das receitas líquidas aumentou em R\$ 69,948 bilhões.

Em relação aos gastos, a projeção para as despesas primárias em 2022 caiu R\$ 2,954 bilhões, devendo fechar o ano em R\$ 1,831 trilhão. A estimativa para os gastos obrigatórios caiu para R\$ 1,678 trilhão, valor R\$ 1,944 bilhão menor que o projetado em julho. A previsão

de gastos discricionários (não obrigatórios) do Poder Executivo foi reduzida em R\$ 1,01 bilhão, para R\$ 153,236 bilhões.

CAMPO DE MARTE - A previsão de superávit primário só não será maior por causa do acordo que extinguiu a dívida de cerca de R\$ 24 bilhões da Prefeitura de São Paulo com a União em troca da extinção da ação judicial que questiona o controle do aeroporto de Campo de Marte, na capital paulista. Não fosse o acordo, o Governo Central obteria superávit primário de R\$ 37,5 bilhões neste ano.

O superávit primário representa a economia de recursos para o pagamento dos juros da dívida pública. A projeção, informou o Ministério da Economia, incorpora a aprovação da emenda constitucional que aumenta benefícios sociais e cria auxílio para taxistas e caminhoneiros. A mudanças tem impacto de R\$ 41,25 bilhões até o fim do ano, mas esses gastos não foram afetados pelo contingenciamento porque estão fora do teto de gastos.

A estimativa também inclui as desonerações de R\$ 71,56 bilhões que entraram em vigor em 2022. Desde o início do ano, o governo concedeu diversas desonerações para estimular a economia. As medidas com maior impacto são a redução em 35% do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), que fará a União deixar de arrecadar R\$ 23,6 bilhões neste ano. Em segundo lugar, vem a desoneração sobre os combustíveis, com impacto de R\$ 16,51 bilhões nas receitas do governo.

cuiaba.mt.gov.br

CUIABÁ SEGUE EM FRENTE NO AMPARO ÀS MULHERES



Imagine

A VIDA DE MILHARES DE CUIABANAS ESTÁ MUDANDO PARA MELHOR

O projeto social Mulheres em Ação já realizou mais de 10 mil atendimentos em mais de 50 serviços diferentes, promovendo cidadania em toda a cidade.

Além dele, o programa Qualifica Mulher, de capacitação profissional, também está levando mais oportunidades para as cuiabanas.

E com o Espaço de Acolhimento no HMC, a prefeitura está garantido mais segurança e apoio para vítimas de violência.

Com tantas iniciativas de políticas públicas, Cuiabá é a capital que mais cuida das mulheres no Brasil!

 cuiabaprefeitura
 /prefeituracba
 /cuiabasecom



**CUIABÁ
PRA FRENTE,
CUIDANDO
DA GENTE.**